

Projecto de Resolução n.º 392/XVI/1.^a

Recomenda um conjunto de medidas com vista à regulamentação do uso de telemóveis nas escolas e sensibilização para o impacto dos ecrãs no desenvolvimento infantil

De acordo com um inquérito levado a cabo pela Rede EU Kids Online¹, junto de crianças e jovens portugueses, com idades compreendidas entre os 9 e os 17 anos, 90% dos inquiridos admitiram usar o telemóvel numa base diária, 87% usavam frequentemente o smartphone para aceder à internet e 75% para aceder às redes sociais.

Do mesmo modo, os dados apurados no inquérito feito pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)² apontam para que 99% dos jovens portugueses usam redes sociais e que seis em cada dez jovens de 18 anos passam quatro ou mais horas por dia online (58%, mais do que em 2019). Entre as três atividades online realizadas numa base diária destacam-se: cerca de 80% para ouvir música e ver vídeos, seguindo-se a comunicação com familiares e amigos e as redes sociais (75%); os jogos são apontados por perto de metade; e a participação em grupos online com pessoas que partilham os mesmos interesses atinge os 29%. O uso da internet para fins informacionais e utilitários vem depois: 27% referem trabalhos da escola e ler notícias; 21% procuram informação sobre oportunidades de trabalho e de estudo; 19% sobre compras e preços; e 12% sobre questões de saúde, para si ou outras pessoas. Atividades criativas ou que envolvem participação cívica são pouco referidas, apresentando mesmo valores residuais.

O inquérito do SICAD revela aquela que poderá ser apenas a ponta do iceberg relativamente ao uso abusivo e até aditivo do telemóvel por crianças e jovens, ao apurar que entre o tipo

¹ Disponível em: <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/eukidsonline/wp-content/uploads/sites/36/2019/03/RELATO%CC%81RIO-FINAL-EU-KIDS-ONLINE.docx.pdf>.

² Disponível em: https://www.sicad.pt/PT/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos/Paginas/detalhe.aspx?itemId=237&lista=SICAD_ESTUDOS&bkUrl=/BK/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos.

de problema mais mencionado pelos jovens em 2021 são as situações de mal-estar emocional (16% dos jovens), seguindo-se as referências a problemas de rendimento na escola/trabalho (15%) e os problemas com comportamentos em casa (8%). Globalmente, 28% dos jovens mencionaram ter experienciado pelo menos um de sete problemas (identificados no inquérito) nos 12 meses anteriores ao inquérito.

Ainda no que respeita à exposição ao risco, os resultados apurados pela Rede EU Kids Online permitiram aferir igualmente que 24% das crianças e jovens portugueses já foram alvo de bullying online e offline - representando um aumento preocupante relativamente ao apurado em 2014 que se cifrara em 10%. O bullying por meios tecnológicos é mais referido do que o bullying cara a cara, sendo que a agressão mais reportada é a receção de mensagens digitais que magoam (64%). Também foi assinalada a exposição a conteúdos de cariz sexual por 37% das crianças e jovens.

A exposição ao bullying digital consta entre os riscos destacados pela UNESCO no seu mais recente relatório sobre “A tecnologia na Educação”³, segundo o qual afeta em média 20% dos estudantes a frequentar o 8º ano de escolaridade em escolas de 32 países abrangidos pelo estudo. Em Portugal, um estudo do ISCTE realizado nos primeiros meses de confinamento, apontava para um aumento do fenómeno do cyberbullying durante a pandemia: dos 485 estudantes inquiridos entre março e maio de 2020, 61,4% afirmou ter sido vítima de cyberbullying, pelo menos algumas vezes, 40,8% admitiu ter sido agressor/a e 86,8% observador/a.

Vários especialistas atestam que as sequelas que o cyberbullying pode deixar nas suas vítimas são incalculáveis e dependem de vários fatores, como a idade ou o suporte familiar e social de que podem usufruir. Entre os sintomas mais reportados como tendo impacto na saúde mental contam-se a insegurança, a dificuldade em dormir, distúrbios alimentares, alterações cognitivas, a dificuldade de concentração, e dúvidas sobre as próprias capacidades e sobre o próprio valor.

³ Disponível em: <https://www.unesco.org/gem-report/en/technology>.



Face à recente recomendação do Governo às escolas sobre uso de smartphones, que pretende proibir a entrada e uso de smartphones para o 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, assim como a aplicação de restrições ao uso durante os recreios no 3.º ciclo, com vista a mitigar o impacto negativo dos dispositivos móveis no ambiente escolar e promover um desenvolvimento saudável entre os jovens, é importante que se promova um estudo da implementação destas recomendações e de uma avaliação dos resultados obtidos.

Desta forma, a presente iniciativa pretende que seja apresentado à Assembleia da República um relatório detalhado com dados quantitativos sobre a adesão das escolas às recomendações do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, uma avaliação do impacto nas escolas, no ambiente escolar, no comportamento dos alunos e da saúde mental, uma análise qualitativa baseada em inquéritos a professores, alunos e pais, identificando as principais dificuldades e benefícios da aplicação das medidas, bem como conclusões para uma regulamentação eficaz e abrangente.

Para além disso, pretende a criação de uma campanha de sensibilização dirigida a famílias e educadores sobre o impacto do uso excessivo de ecrãs na saúde mental e desenvolvimento das crianças e jovens e a criação da criação de um grupo de trabalho multidisciplinar, composto por especialistas em saúde mental e infantil, educadores, pais e organizações não governamentais com vista a desenvolver uma regulamentação eficaz para o uso de telemóveis nas escolas.

Nestes termos, a abaixo assinada Deputada Única do PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República adopte a seguinte Resolução:

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo que:

- I. No final do primeiro trimestre de 2025, apresente à Assembleia da República um relatório detalhado com dados quantitativos sobre a adesão das escolas às recomendações do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, uma avaliação do



impacto nas escolas, no ambiente escolar, no comportamento dos alunos e da saúde mental, uma análise qualitativa baseada em inquéritos a professores, alunos e pais, identificando as principais dificuldades e benefícios da aplicação das medidas, bem como conclusões para uma regulamentação eficaz e abrangente.

- II. Crie um Grupo de Trabalho multidisciplinar, composto por especialistas em saúde mental e saúde infantil, educadores, pais, organizações não governamentais com vista a desenvolver a regulamentação para o uso de telemóveis nas escolas.
- III. Promova uma campanha nacional de capacitação e sensibilização, dirigida às famílias e educadores sobre o impacto do uso excessivo de ecrãs e promovendo o desenvolvimento de hábitos saudáveis de consumo digital.

Assembleia da República, Palácio de São Bento, 11 de Outubro de 2024

A Deputada,

Inês de Sousa Real